

Flex – Gestão de Relacionamentos S.A.  
Relacionamentos Inteligentes  
(Em Recuperação Judicial)

---

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS 31.12.2022

# ÍNDICE

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS</b> .....	<b>11</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS</b> .....	<b>13</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES</b> .....	<b>14</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b> .....	<b>15</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA</b> .....	<b>16</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO</b> .....	<b>17</b>
<b>1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> .....	<b>18</b>
1.1 DESCRIÇÃO DA SOCIEDADE:.....	18
<b>2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b> .....	<b>19</b>
2.1 DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE.....	19
2.2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO.....	20
2.3 BASES DE CONSOLIDAÇÃO.....	20
2.4 IMPACTOS DO COVID-19 (CORONAVÍRUS):.....	21
2.5 RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	22
2.6 PLANO DE RECUPERAÇÃO.....	23
<b>3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS</b> .....	<b>26</b>
3.1 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO.....	27
3.2 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	27
3.3 ATIVOS FINANCEIROS.....	27
3.4 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS.....	28
3.5 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....	28
3.6 INVESTIMENTOS.....	28
3.7 INTANGÍVEL.....	29
3.8 IMOBILIZADO.....	30
3.9 <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS.....	30
3.10 FORNECEDORES.....	30
3.11 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	31
3.12 PROVISÕES.....	31
3.13 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS.....	31

3.14	CAPITAL SOCIAL .....	32
3.15	RECONHECIMENTO DA RECEITA DE CONTRATO COM CLIENTE .....	32
3.16	DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS.....	33
3.17	ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS.....	33
3.17.1	ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS.....	33
3.17.2	JULGAMENTOS CRÍTICOS NA APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS.....	34
3.18	INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS .....	35
3.19	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	35
3.20	DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	35
3.21	NOVAS NORMAS, REVISÕES E INTERPRETAÇÕES.....	35
	NORMAS NOVAS E ALTERADAS EM VIGOR NO EXERCÍCIO CORRENTE: .....	35
<b>4.</b>	<b>GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO.....</b>	<b>36</b>
4.1.	FATORES DE RISCO FINANCEIRO.....	36
4.2.	GESTÃO DE CAPITAL.....	40
4.3.	ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO.....	41
<b>5.</b>	<b>APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS.....</b>	<b>43</b>
<b>6.</b>	<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA.....</b>	<b>44</b>
<b>7.</b>	<b>QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS.....</b>	<b>44</b>
<b>8.</b>	<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....</b>	<b>45</b>
<b>9.</b>	<b>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES.....</b>	<b>45</b>
<b>10.</b>	<b>IMPOSTOS A RECUPERAR .....</b>	<b>46</b>
<b>11.</b>	<b>INVESTIMENTOS.....</b>	<b>47</b>
<b>12.</b>	<b>IMOBILIZADO .....</b>	<b>48</b>
<b>13.</b>	<b>INTANGÍVEL .....</b>	<b>51</b>
<b>14.</b>	<b>FORNECEDORES.....</b>	<b>53</b>
<b>15.</b>	<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS .....</b>	<b>54</b>
<b>16.</b>	<b>OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS .....</b>	<b>57</b>
<b>17.</b>	<b>OBRIGAÇÕES FISCAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>18.</b>	<b>CONTINGÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
<b>19.</b>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....</b>	<b>63</b>
<b>20.</b>	<b>RECEITA OPERACIONAL .....</b>	<b>65</b>
<b>21.</b>	<b>CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO .....</b>	<b>65</b>
<b>22.</b>	<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....</b>	<b>66</b>
<b>23.</b>	<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>66</b>
<b>24.</b>	<b>PREJUÍZO POR AÇÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>25.</b>	<b>COBERTURAS DE SEGUROS .....</b>	<b>67</b>
<b>26.</b>	<b>SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....</b>	<b>67</b>
<b>27.</b>	<b>ARRENDAMENTOS.....</b>	<b>68</b>

28. EVENTOS SUBSEQUENTES..... 70



## Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Flex Gestão de Relacionamentos S.A. (Em recuperação judicial)**  
São Paulo (SP)

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. – Em recuperação judicial (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Flex Gestão de Relacionamentos S.A. – Em recuperação judicial em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2.6 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia têm gerado prejuízos recorrentes e durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incorreu em prejuízo de R\$ 350.543 mil (R\$ 44.789 em 2021) e, nessa data, o passivo circulante excedeu o total do ativo circulante em R\$ 359.978 mil na controladora e R\$ 386.529 no consolidado (R\$ 11.121 na controladora e R\$ 23.621 no consolidado em 2021), bem como apresenta patrimônio líquido negativo no montante de R\$ 336.361 mil (R\$ 15.818 mil em 2021). Esses eventos ou condições, juntamente com o fato da

Companhia e sua controlada terem ajuizado Pedido de Recuperação Judicial na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. A reversão desta situação de prejuízos recorrentes e dificuldade na geração de caixa, bem como a capacidade de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal do negócio da Companhia e sua controlada, dependem do sucesso dos seus planos de readequação da estrutura financeira e patrimonial, das ações para concretização das projeções realizadas, assim como o cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, descritos na nota explicativa nº 2.5 e 2.6 às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

### **Reconhecimento de receita**

Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência. Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e por envolver certo grau de julgamento da diretoria na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela diretoria para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3.15 e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Eventos subsequentes – Pedido de Recuperação judicial**

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.5 e nº 28 às demonstrações financeiras, em 13 de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada, ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial na 2ª vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1023049-44.2023.8.26.0100. Em 24 de janeiro de 2023 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se o Administrador Judicial. Em 31 de março de 2023 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial, o qual aguarda a sua respectiva aprovação. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### **Demonstrações do valor adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma contábil e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 31 de março de 2022, sem ressalvas.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 07 de julho de 2023.

**Crowe Macro Auditores Independentes**  
CRC-2SP033508/O-1

A handwritten signature in blue ink, reading "Fábio Debiaze Pino". The signature is written in a cursive style with large, flowing letters.

**Fábio Debiaze Pino**  
Contador - CRC1SP 251154/O-9

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais – R\$)

## ■ ATIVO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.321	33.782	2.327	34.391
Aplicações financeiras		3.186	5.051	3.186	7.008
Contas a receber de clientes	9	23.329	137.786	34.401	143.281
Impostos a recuperar	10	530	7.186	727	7.348
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	14.862	9.321	15.518	9.405
Partes relacionadas	26	22.458	11.814	-	-
Outros créditos		12.904	12.233	13.694	12.597
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>72.590</b>	<b>217.173</b>	<b>69.853</b>	<b>214.030</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a receber de clientes	9	-	19.848	-	19.848
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	351	351
Outros créditos		863	1.072	888	1.099
Depósitos judiciais	18	2.319	5.668	2.319	5.668
Investimentos	11	13.669	31.880	402	402
Imobilizado	12	54.839	61.372	56.927	64.502
Intangível	13	9.201	55.380	23.971	98.804
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>80.991</b>	<b>175.220</b>	<b>84.858</b>	<b>190.674</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>160.481</b>	<b>392.393</b>	<b>154.711</b>	<b>404.704</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## ■ PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	14	16.894	18.960	24.913	20.372
Empréstimos e financiamentos	15	87.393	100.320	87.393	100.320
Obrigações trabalhistas	16	91.247	46.849	99.603	52.319
Obrigações tributárias	17	220.334	48.735	225.958	49.416
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	3.215	2.794	3.699	3.361
Aquisição de controladas	11	2.068	2.714	2.068	2.714
Instrumentos financeiros derivativos	15	51	353	51	353
Outras contas a pagar		5.864	1.292	7.195	2.290
Arrendamentos	27	5.502	6.277	5.502	6.506
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>432.568</b>	<b>228.294</b>	<b>456.382</b>	<b>237.651</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>					
Empréstimos e financiamentos	15	24.541	62.605	24.541	62.605
Obrigações tributárias	17	4.196	104.104	4.646	104.520
Imposto de renda e contribuição social a recolher	17	1.122	1.267	1.122	1.267
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	18	2.386	1.845	2.386	1.845
Outras contas a pagar		-	-	698	233
Provisão para perdas em investimentos	11	30.732	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	11.457	-	11.457	-
Arrendamentos	27	19.840	10.096	19.840	12.401
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>95.274</b>	<b>179.917</b>	<b>64.690</b>	<b>182.871</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	19	65.000	65.000	65.000	65.000
Reserva legal		1.010	1.010	1.010	1.010
Ajuste de avaliação patrimonial		(2.133)	(2.133)	(2.133)	(2.133)
Prejuízos acumulados		(430.238)	(79.695)	(430.238)	(79.695)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(366.361)</b>	<b>(15.818)</b>	<b>(366.361)</b>	<b>(15.818)</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>160.481</b>	<b>392.393</b>	<b>154.711</b>	<b>404.704</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	20	381.932	520.093	406.803	531.472
Custo dos serviços prestados	21	(294.596)	(359.303)	(313.823)	(373.310)
<b>Lucro bruto</b>		<b>87.336</b>	<b>160.790</b>	<b>92.980</b>	<b>158.162</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>					
Despesas com vendas	21	(190)	(986)	(198)	(1.063)
Despesas administrativas e gerais	21	(141.310)	(140.066)	(160.350)	(145.927)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(31.801)	(8.938)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	21	(161.142)	5.650	(177.596)	5.642
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>(247.107)</b>	<b>16.450</b>	<b>(245.164)</b>	<b>16.814</b>
Despesas financeiras	22	(972.997)	(39.434)	(100.111)	(39.849)
Receitas financeiras	22	6.018	927	6.189	1.008
<b>Prejuízo antes dos impostos</b>		<b>(339.086)</b>	<b>(22.057)</b>	<b>(339.086)</b>	<b>(22.027)</b>
Imposto de renda e contribuição social diferido e corrente	23	-	-	-	(30)
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	(30)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(11.457)	(22.732)	(11.457)	(22.732)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>	<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>
Atribuível a acionistas da Companhia		(350.543)	(44.789)	(350.543)	(44.789)
<b>Prejuízo básico e diluído por ações - em R\$ por ação</b>	24	<b>(107,93)</b>	<b>(13,79)</b>	<b>(107,93)</b>	<b>(13,79)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo do exercício	(350.543)	(44.789)	(350.543)	(44.789)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>	<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			(350.543)	(44.789)
			<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais – R\$)

	Atribuível aos acionistas da Controladora				Total
	Capital social	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>65.000</b>	<b>1.010</b>	<b>(34.906)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>28.971</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(44.789)	-	<b>(44.789)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>65.000</b>	<b>1.010</b>	<b>(79.695)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(15.818)</b>
Prejuízo do exercício	-	-	(350.543)	-	<b>(350.543)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>65.000</b>	<b>1.010</b>	<b>(430.238)</b>	<b>(2.133)</b>	<b>(366.361)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(339.086)	(22.057)	(339.086)	(22.027)
<b>Ajustes para conciliar o prejuízo às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais</b>				
Depreciação e amortização	32.511	38.296	36.993	42.577
Baixa de ativo imobilizado e intangível	2.456	-	3.653	-
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	56.265	-	71.557	-
Transferência intercompany	2.019	-	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	369	(330)	34	(236)
Equivalência patrimonial	31.801	8.938	-	-
Arrendamentos mercantis	2.210	2.048	1.812	2.048
Instrumentos financeiros derivativos	(302)	(1.814)	(302)	(1.814)
Juros sobre passivos financeiros	25.438	15.912	25.438	15.912
Encargos sociais	56.179	-	59.635	-
Provisões	541	222	541	222
Outros	169	-	42	-
	<b>(129.430)</b>	<b>41.215</b>	<b>(139.683)</b>	<b>36.682</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
<b>(AUMENTO) REDUÇÃO NO ATIVO</b>				
Contas a receber	123.292	(11.245)	128.694	(3.672)
Impostos a recuperar	1.115	(5.817)	508	(5.888)
Outros créditos	2.887	(9.458)	2.467	(9.818)
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE PASSIVO</b>				
Fornecedores	(2.066)	(998)	4.541	231
Obrigações trabalhistas	(11.781)	12.511	(12.351)	16.212
Obrigações tributárias	71.967	46.335	76.861	46.618
Outras contas a pagar	4.572	347	5.367	561
Juros pagos	(24.956)	(13.766)	(24.956)	(13.766)
<b>Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais</b>	<b>35.600</b>	<b>59.124</b>	<b>41.448</b>	<b>67.160</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Pagamento de cotas adquiridas de controladas	(764)	(14.875)	(764)	(14.875)
Aplicações financeiras	1.865	146	3.822	(1.811)
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(7.148)	(12.046)	(15.556)	(20.343)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(6.047)</b>	<b>(26.775)</b>	<b>(12.498)</b>	<b>(37.029)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Arrendamentos pagos	(9.659)	(11.132)	(9.659)	(11.154)
Captação de empréstimos e financiamentos	50.856	31.809	50.856	31.809
Amortização de empréstimos e financiamentos	(102.211)	(61.531)	(102.211)	(61.531)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(61.014)</b>	<b>(40.854)</b>	<b>(61.014)</b>	<b>(40.876)</b>
<b>SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	33.782	42.287	34.391	34.762
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.321	33.782	2.327	45.136
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(31.461)</b>	<b>(8.505)</b>	<b>(32.064)</b>	<b>10.374</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>1. RECEITAS</b>		<b>430.945</b>	<b>584.874</b>	<b>460.138</b>	<b>597.976</b>
Vendas de serviços	20	429.953	579.342	458.042	592.406
Outras receitas operacionais		623	5.204	2.130	5.334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		369	328	(34)	236
<b>2. INSUMOS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>		<b>(248.457)</b>	<b>(87.632)</b>	<b>(279.386)</b>	<b>(85.105)</b>
Custos dos serviços prestados		(39.030)	(53.743)	(49.981)	(50.181)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(153.162)	(33.889)	(157.848)	(34.924)
Provisão de redução ao valor recuperável de ativos		(56.265)	-	(71.557)	
<b>3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1 ; 2)</b>		<b>182.488</b>	<b>497.242</b>	<b>180.752</b>	<b>512.871</b>
<b>4. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>		<b>(32.511)</b>	<b>(38.296)</b>	<b>(36.993)</b>	<b>(42.577)</b>
Depreciação e amortização	21	(32.511)	(38.296)	(36.993)	(42.577)
<b>5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3 ; 4)</b>		<b>149.977</b>	<b>458.946</b>	<b>143.759</b>	<b>470.294</b>
<b>6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>		<b>(25.783)</b>	<b>(8.011)</b>	<b>6.189</b>	<b>1.008</b>
Resultado de equivalência patrimonial	11	(31.801)	(8.938)	-	-
Receitas financeiras	22	6.018	927	6.189	1.008
<b>7. VALOR ADICIONADO PARA DISTRIBUIÇÃO (5 + 6)</b>		<b>124.194</b>	<b>450.935</b>	<b>149.948</b>	<b>471.302</b>
<b>8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>124.194</b>	<b>450.935</b>	<b>149.948</b>	<b>471.302</b>
<b>PESSOAL</b>	21	<b>318.593</b>	<b>366.917</b>	<b>336.710</b>	<b>384.032</b>
Remuneração direta		214.224	254.046	226.959	265.233
Benefícios		51.105	60.204	53.924	62.732
FGTS		22.063	22.618	23.095	23.987
Outros		31.201	30.049	32.732	32.080
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>		<b>48.743</b>	<b>82.511</b>	<b>53.399</b>	<b>84.240</b>
Federais		33.800	60.224	36.701	61.613
Municipais		14.943	22.287	16.698	22.627
<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL DE TERCEIROS FINANCIADORES</b>		<b>107.401</b>	<b>46.296</b>	<b>110.382</b>	<b>47.819</b>
Despesas financeiras	22	97.997	39.434	100.111	39.849
Aluguéis		9.404	6.862	10.271	7.970
<b>REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>	<b>(350.543)</b>	<b>(44.789)</b>
Prejuízo do exercício		(350.543)	(44.789)	(350.543)	(44.789)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

### 1.1 DESCRIÇÃO DA SOCIEDADE:

A Flex Gestão de Relacionamentos S.A. – Em Recuperação Judicial ("Flex" ou "Companhia"), foi constituída em julho de 2009, como uma sociedade "limitada". Em outubro de 2014, ocorreu a transformação da natureza jurídica, passando para sociedade por ações, de capital fechado. A sede social está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.903, conjunto 142, no bairro Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo.

A Companhia tem por objeto: (i) prestação de serviços de call center ativo e receptivo; (ii) prestação de serviços de consultoria e assessoria nas áreas de telemarketing e processamento de cartão de crédito; (iii) prestação de serviços de atendimento em nome de terceiros; (iv) promoção de vendas e de negócios com terceiros; (v) atividades de cobranças, telecobranças e informações cadastrais; (vi) outros serviços de cobrança, informações cadastrais e serviços financeiros correlatos; (vii) prestação de serviços de suporte e análise a concessão de crédito por terceiros; (viii) correspondente bancário; (ix) análise e desenvolvimento de sistemas; (x) programação; (xi) processamento de dados; (xii) elaboração de programas de computador; (xiii) licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação; (xiv) assessoria e consultoria em informática; (xv) suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados; (xvi) planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas; (xvii) serviços de gerenciamento de telecomunicações; (xviii) atividades de educação profissional de nível tecnológico, treinamento em informática; (xix) atividades de educação em ensino médio, superior e de pós-graduação; (xx) prestação de serviços de capacitação e treinamento; (xxi) consultoria empresarial; (xxii) participação no capital de outras sociedades nacionais ou estrangeiras; (xxiii) a administração de bens próprios ou de terceiros.

Os serviços são oferecidos a clientes de diversos setores da economia, de maneira completa, incluindo tecnologia específica, gestão, processos e pessoas, em quinze unidades especialmente instaladas para este fim, situadas nas cidades de Florianópolis (SC), São Paulo (SP), e Porto Alegre (RS).

Em dezembro de 2014, os acionistas alienaram parte de suas ações para a Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, fundo organizado sob a forma de condomínio fechado. Adicionalmente a Companhia emitiu 801.803 ações, todas adquiridas pelo mesmo fundo.

Em 30 de junho de 2015, com investimento próprio e parte através de financiamento junto a instituições financeiras, a Companhia efetuou a compra das empresas RR Serviços Financeiros Ltda. e Te Atende.Com Ltda.

Em 29 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a compra remanescente de 25% da empresa Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda., antiga RR Serviços Financeiros Ltda.

Em 02 de outubro de 2017, a Companhia adquiriu com investimento próprio a empresa Primius Technology Serviços em Informática Ltda., adquirindo todas as quotas desta sociedade.

Em 01 de março de 2018 a Flex obteve o registro de companhia listada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM na Categoria “A” do Bovespa Mais.

Entre julho e setembro de 2018, a Companhia realizou o reperfilamento de sua dívida bancária, aumentando a dívida bruta de R\$ 114 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 143 milhões em 31 de dezembro de 2018. Isso viabilizou o alongamento do perfil da dívida da Companhia de 20 para 40 meses, além do aumento no saldo médio de caixa e equivalentes de caixa na ordem de R\$ 9 milhões.

Em 18 de dezembro de 2018 a Companhia adquiriu 100% do capital social da Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda. (“Code7”) e de sua controlada IT2 Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. (“IT2”). Em 31 de dezembro de 2018 a Code7 incorporou a IT2 (Nota 11).

Em março de 2020 a Companhia divulgou novo modelo de Negócio. No novo desenho corporativo, as áreas de BPO, CX & Inteligência e tecnologia assumem identidades distintas e complementares. A Marca Flex BPO abriga as operações de Contact Center e Cobrança, todos os produtos e soluções de tecnologia adquiridos e desenvolvidos pela Companhia, incluindo plataformas Cloud para gestão de relacionamentos, passam a ser vendidos sob a nova marca Code7. A Companhia também anuncia a criação de uma nova unidade voltada exclusivamente à oferta de CX Design, concentrando todas as atividades de inteligência competitiva, Advanced Analytics e a construção de jornadas para geração de valor na relação com consumidores. Completando esse novo modelo, uma nova gestora corporativa, batizada de CONNVERT, passa a ser responsável pela gestão e alinhamento entre as unidades.

Em 17 de dezembro de 2020 a Companhia altera a razão social de sua controlada, AITY CRM BPO e Serviços de Tecnologia da Informação LTDA, passando a ter a seguinte razão social: Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda.

## ■ 2. DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as deliberações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e de acordo com as normas e procedimentos do *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração em 07 de julho de 2023.

## 2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As normas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidado. As normas IFRS não requerem sua apresentação. Como consequência, pelas normas IFRS, a DVA está sendo apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto destas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelo IFRS.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos de vida útil indefinida, avaliação de ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para redução ao valor recuperável das contas a receber, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos judiciais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido aos critérios inerentes ao processo de estimativas. A Companhia revisa suas estimativas anualmente.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022.

## 2.3 Bases de consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (nota 11). A Companhia detinha a seguinte participação societária direta:

Investida	Tipo	País (sede)	Atividade principal	Percentual de participação	
				2022	2021
Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda..	Controlada integral	Brasil	Tecnologia da informação	100%	100%

A participação societária em sociedade controlada está avaliada pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todo o saldo de ativo e passivo, receita e despesa decorrente de transação e participação do patrimônio líquido na controlada é eliminado integralmente. Não há investimento em sociedade de controle conjunto.

Controlada é a entidade na qual a Companhia detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

#### 2.4 Impactos do COVID-19 (Coronavírus):

No início de 2021 a segunda onda da COVID-19 e o surgimento da variante Delta mantiveram os efeitos relacionadas a Pandemia do Coronavírus em escala nacional e, conseqüentemente, sob o ambiente de negócios. O início da vacinação em massa, em especial a partir do segundo trimestre, amenizou parcialmente este efeito reduzindo a quantidade de casos, em especial os graves e mortes advindos do vírus conforme avanço da primeira e segunda dose das vacinas, porém, não o suficiente para reverter todos os efeitos percebidos em nosso negócio, especialmente relacionado a um alto absenteísmo advindo de profissionais com casos suspeitos e comprovados da doença. Durante o último trimestre do ano o surgimento da variante Omicron interrompeu o ciclo de queda de casos e ligou um novo sinal de alerta uma vez que, apesar de menos graves, os casos aumentaram novamente.

Nesse ambiente, a Companhia adotou medidas para amenizar os impactos gerados pela pandemia em suas operações, das quais destacam-se: i) Criação de estrutura para testagem de funcionários evitando com isto o contágio e o absenteísmo de casos suspeitos, porém negativos. ii) Organização de estrutura para testes em domicílio. iii) Adequação dos modelos de Home Agent / Home Office (integral ou parcial) conforme evolução da pandemia e necessidade do negócio.

Dentre os diversos riscos aos quais a Companhia pode ter exposição, destacam-se o risco relacionado à recuperabilidade de ativos financeiros, do ativo imobilizado e ativo intangível.

a) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas. Dessa forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na Nota Explicativa nº 9 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação dessas demonstrações financeiras.

b) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) do ativo imobilizado e intangível

A Companhia realizou a avaliação da capacidade de geração de fluxos de caixas para os anos seguintes, com base em seu plano de negócios, incluindo a análise de capacidade de distribuição de dividendos aos acionistas, e concluiu pelo reconhecimento de provisão de redução ao valor recuperável de ativos (Impairment) relacionadas aos ágios na aquisição da Cobrança e da Code7, no montante combinado de R\$ 49,2 milhões em 30 de setembro de 2022 e sobre desenvolvimento de produtos e serviços internos, no montante de R\$ 22,3 milhões em 31 de dezembro de 2022.

Ainda que haja previsão de geração de caixa para os próximos exercícios, esta geração será destinada ao pagamento dos impostos e fornecedores em atraso, não gerando caixa para os acionistas nos contextos e premissas aplicadas na avaliação conduzida pela Administração.

O êxito na execução do Plano de Transformação da Companhia, especialmente relacionados às renegociações das dívidas tributárias, será elemento fundamental na reavaliação da Administração com relação ao tema. O detalhamento do contexto do Plano de Transformação está apresentado a seguir:

## 2.5 Recuperação Judicial

O procedimento de recuperação judicial é o instrumento jurídico que, ao lado do Plano de Transformação a seguir comentado e da reestruturação societária comentada na Nota 1, permite o equacionamento da estrutura de capital das empresas integrantes do Grupo, viabilizando o cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores.

O ajuizamento do pedido de recuperação judicial é mais um passo na direção da reestruturação financeira da Companhia, que continuará trabalhando para conquistar novos clientes, mantendo seus serviços para todos os segmentos de mercado em que atua. As atividades continuam sendo desempenhadas prontamente e toda a força de trabalho manterá normalmente sua atuação, com suas atividades comerciais, operacionais e administrativas.

A Companhia entende que o ajuizamento do pedido de recuperação judicial viabilizará a conclusão do projeto de reestruturação do Grupo e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e de geração de empregos.

Em 13 de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada Code7 ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial ("Pedido") na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1023049-44.2023.8.26.0100.

Em 24 de janeiro de 2023 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa AJ Ruiz Consultoria Empresarial

S.A., representada pela Sra. Joice Ruiz Bernier. Adicionalmente, na mesma data, foram determinados os efeitos do "stay period", determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 31 de março de 2023 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas ("Plano") e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe – Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe – Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe – Fornecedores ME e EPP.

## 2.6 Plano de recuperação

Durante o ano de 2022, as principais atividades de negócios da Companhia foram afetadas por regulamentações governamentais emitidas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), dentre as quais se destacam (i) a implantação do código 0303 para as operações de telemarketing e televendas ativo; e (ii) a medida cautelar para combate às chamadas robocalls; e (iii) a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) emitiu o Despacho nº 25/2022, proibindo ligações consideradas abusivas no conceito de "mar aberto", ou seja, clientes que não fornecem "optin" para serem contatados, o que impactou operações com essa característica. Em adição, o negócio da Companhia também foi afetado pelo contexto macroeconômico nacional, o qual apresentou retração na oferta de crédito diante da elevação das taxas de juros e inflação.

Adicionalmente, outros efeitos relevantes impactaram o resultado do período: (i) a Companhia realizou implantação robusta para ampliar a segurança da informação no atendimento de clientes do segmento financeiro; (ii) redução estratégica de parte de suas operações com margens baixas; (iii) elevação da estrutura de custos pelo acordo coletivo de São Paulo (data-base Janeiro), ao passo em que os principais contratos com clientes com reajuste na mesma data-base foram concluídos e efetivados apenas em Julho; e (iv) aumento da despesa financeira motivada pelo acréscimo no endividamento tributário e da elevação das taxas de juros e inflação, parcialmente atenuado pela redução do endividamento bancário.

Diante deste contexto, a Companhia apurou prejuízo de R\$ 350,5 milhões no exercício de 2022 (R\$ 44,8 milhões em 2021).

O Conselho de Administração da Companhia iniciou no 2º trimestre de 2022 um projeto de transformação, envolvendo duas consultorias, especializadas em turnaround, para contribuir na estruturação de um plano de curto e médio prazo, visando equalizar e equilibrar o fluxo de caixa para auxiliar na reversão deste cenário, bem como buscar melhorias na eficiência operacional. O escopo deste projeto envolve os seguintes temas: (i) revisão das estruturas administrativa e operacional; (ii) renegociação contratual com clientes específicos; (iii) revisão da eficiência operacional; (iv) otimização da utilização da infraestrutura física da Companhia; (v) revisão do modelo de negócios da Companhia; (vi) renegociação das dívidas bancárias e dos parcelamentos tributários; dentre outros.

A visão estratégica da Companhia está focada em estar cada vez mais próxima dos clientes, oferecendo serviços cuja qualidade seja percebida e valorizada, sustentada pelo importante processo de inovação. Outro objetivo constantemente perseguido é a melhoria do nível de atendimento ao cliente, o qual tem sido percebido por nossos parceiros e corroborado por nossos colaboradores.

A seguir estão apresentadas as ações realizadas até o momento, bem como a expectativa de conclusão das ações em andamento relacionadas ao plano de transformação da Companhia:

#### **(i) Revisão das estruturas administrativa e operacional**

Com o objetivo de reduzir custos e despesas e otimizar o resultado da Companhia, a Administração emvidou esforços para reduzir as taxas de ocupação, diminuindo a quantidade de colaboradores de forma substancial durante o 1º semestre de 2022, mantendo níveis similares de faturamento, reduzindo profissionais de menor produtividade (3º e 4º quartis). Além da área operacional, a área administrativa também foi objeto de revisão neste período.

A Companhia iniciou o ano de 2022 com 11.876 pessoas e encerrou o ano com 4.808 pessoas (redução de 60%). Atualmente, a Companhia conta com 1.823 pessoas (redução de 85% comparando com o início de 2022). A taxa de ocupação da Companhia reduziu em 25%, saindo de 1,89 no início de 2022 para 1,40 em 31 de dezembro de 2022. Estão previstas novas reduções de pessoas e, também, da taxa de ocupação até o final do ano de 2023, à medida em que renegociações contratuais com clientes migrarem o formato de remuneração da Companhia, conforme descrito no item (iii) a seguir.

Nas despesas administrativas, a Companhia está em processo de avaliação constante de reduções de parte de suas estruturas, simplificando e otimizando processos operacionais, bem como revisitando os fornecedores e consultores contratados. As áreas administrativas da Companhia foram reduzidas em 70% entre o início de 2022 e o final do ano, incluindo a redução substancial na Administração da Companhia, a qual era composta por 7 Diretores no início de 2022, e atualmente conta com apenas 3.

No dia 11 de agosto de 2022 foi assinado o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) junto ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações em Santa Catarina, com vigência de 01 de junho de 2022 a 31 de maio de 2024, com reajuste salarial nulo para o período de 01 de junho de 2022 a 31 de maio de 2023.

#### **(ii) Renegociação contratual com principais clientes**

A Companhia selecionou os principais clientes para renegociação contratual, seja para reavaliação do valor por posição de atendimento e/ou por modelo de negócio, buscando transformar operações de posição de atendimento fixa, na qual somos remunerados por provimento, para modelo de remuneração variável, cuja remuneração independe de provimento e está relacionada ao volume de produção.

As renegociações contratuais com o principal cliente da Companhia estão concluídas, as quais incluem a revisão do formato de remuneração, a partir de setembro de 2022, e também sobre o modelo de negócios. As mudanças contratuais migram o formato tradicional (remuneração por provimento de posição de atendimento e por volume de vendas) para o formato variável (remuneração 100% atrelada ao volume de vendas), e permitem a intensificação do uso de ferramentas digitais para realização das vendas.

Ambas as alterações são importantes para o novo modelo de negócios da Companhia, uma vez que viabiliza ações com baixo custo e alto potencial de retorno.

Os demais principais clientes da Companhia também estão com negociações em andamento no presente momento, visando os mesmos objetivos descritos acima.

### **(iii) Revisão da eficiência operacional**

A Companhia avaliou a rentabilidade de seus principais contratos e optou por cancelar operações não rentáveis durante o 1º semestre de 2022, em especial, operações com margem de contribuição inferiores a 15%.

Em adição, parte do escopo de trabalho da consultoria contratada está voltada para revisão dos processos da Companhia, tanto na área de negócios quanto nas áreas administrativas, buscando simplificar e otimizar processos, reduzindo os custos e despesas necessários.

### **(iv) Otimização da utilização da infraestrutura física da Companhia**

A Companhia redimensionou o parque de posições de atendimento, priorizando localidades e sites com custos operacionais menores. Neste contexto, até o momento, a Companhia desmobilizou 7 sites operacionais (Pedra Branca; Rio Branco BPO; Rio Branco Code7; Faria Lima Code7; Xanxerê, Boa Esperança e Gil de Oliveira) e está com 2 sites em desmobilização (Lages e Vila Matilde), otimizando a infraestrutura física da Companhia e reduzindo respectivos custos. Com isso, a ociosidade da Companhia reduz de 45% apurados no início do ano para menos de 5%.

### **(v) Revisão do modelo de negócios da Companhia**

Está em andamento a revisão do modelo de negócios da Companhia, com o drive estratégico de Digital First, o qual prevê a redução da utilização de pessoas para realização de uma venda para o cliente final, aumentando a utilização de tecnologia e inteligência artificial para esse processo.

### **(vi) Renegociação das dívidas bancárias e dos parcelamentos tributários**

A Companhia apresenta elevada alavancagem operacional, a partir dos saldos dos endividamentos bancário e tributário, o qual gera impacto de despesas financeiras relevantes. Nesse contexto, a Companhia está em processo de renegociação das dívidas juntos aos credores e ao fisco, com o objetivo de alongar o duration das dívidas e ampliar o volume de crédito, para financiamento de suas ações de turnaround.

Até o momento, a Companhia concluiu a renegociação das debêntures pelas notas comerciais, alongando o fluxo de pagamentos desta dívida, no montante de R\$ 63.000 (Nota 15). As demais dívidas bancárias e parcelamentos (Notas 17 e 28) seguem em negociação, com perspectiva de conclusão até o final do exercício de 2023 (dívidas bancárias) e 2º semestre de 2023 (dívida tributária).

Em 01 de setembro de 2022 foi realizada Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais da Companhia, deliberando sobre os pleitos apresentados pela Companhia no dia 25 de julho de 2022, com os seguintes desfechos: (i) aprovação parcial do pedido de suspensão do pagamento do principal, para os meses de agosto de 2022 até outubro de 2022; e (ii) waiver declarado até 15 de janeiro de 2023, com indicação de quotas da

controlada integral Code7 como garantia adicional da operação. Adicionalmente, está em negociação de standstill para os próximos 24 meses.

A Companhia irá renegociar a dívida tributária consolidada, buscando alongar o vencimento dos parcelamentos e readequar o fluxo de caixa de curto e médio prazos. A Medida Provisória nº 1.090-A/21 transformada em Projeto de Lei de Conversão nº 12/22, que dentre outras deliberações amplia os benefícios descritos na Lei nº 13.988/20 que prevê condições necessárias à realização da transação na cobrança da dívida ativa da União. A transação prevê abatimento de grande parte de juros e multa e utilização do prejuízo fiscal para reduzir o saldo restante.

### **Continuidade das operações**

As Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. A Administração da Companhia considera que o plano de transformação acima mencionado reflete a capacidade da Companhia manter a perspectiva de crescimento sustentável dos resultados e a adequada continuidade das suas operações. A Companhia tem obtido êxito no cumprimento das estratégias estabelecidas no Plano de Transformação até o momento e, embora não existam indícios neste sentido, ressalta-se as condições e circunstâncias que, por sua própria natureza, indicam incertezas que podem afetar o êxito do Plano de Transformação e, eventualmente, suscitar dúvidas substanciais sobre a capacidade da Companhia continuar em operação, as quais poderão promover impactos (i) na realização dos seus ativos, inclusive, mas não limitado, ao ágio por expectativa de rentabilidade futura e outros ativos intangíveis, e (ii) no cumprimento com certas obrigações pelos valores reconhecidos em suas demonstrações financeiras. Confirmamos e divulgamos todas as informações relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras de acordo com o pressuposto da continuidade operacional.

Embora a Companhia apresente, em 31 de dezembro de 2022, prejuízos acumulados de R\$ 430.238, passivo a descoberto no valor de R\$ 366.361 e capital circulante líquido negativo em R\$ 352.978 na controladora e R\$ 386.529 no consolidado, a Administração considera que, as principais ações acima mencionadas, refletem a capacidade da Companhia manter a perspectiva de crescimento sustentável dos resultados e a adequada continuidade das suas operações.

Com relação à estruturação do negócio, a presença de mercado da Companhia é relevante e competitiva, atuando com os maiores clientes dos segmentos operacionais do mercado.

## **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

### 3.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$) e as presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

### 3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

### 3.3 Ativos financeiros

#### a) Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as categorias de custo amortizado e mensurados a valor justo por meio do resultado, no caso de instrumentos financeiros derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

#### b) Custo amortizado

São classificados os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 8), e "Contas a receber de clientes" (Nota 9).

#### c) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros dessa categoria são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

#### d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 não há ativos e passivos financeiros compensados.

e) Impairment de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda têm um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

### 3.4 Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um instrumento derivativo é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido pelo instrumento derivativo for superior a 12 meses. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em "Receitas e Despesas Financeiras".

### 3.5 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços, no curso normal das atividades da Companhia, incluindo valores que encontram-se em negociação junto a clientes, com período de até dez meses. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou *impairment*).

### 3.6 Investimentos

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

### 3.7 Intangível

a) Ágio na aquisição de controladas

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, do valor da participação de não controladores na adquirida e (ii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b) Marcas registradas

As marcas registradas adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas avaliadas com vida útil definida são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas durante sua vida útil estimada de 2 a 18 anos.

c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. As carteiras de clientes adquiridas em uma combinação de negócios possuem vida útil estimada de 1 a 5 anos.

d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a sete anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis aos projetos de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

### 3.8 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Máquinas e equipamentos	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	7
Equipamentos de processamento de dados	5
Móveis, utensílios e equipamentos	10
Licenças de softwares	5
Softwares desenvolvidos internamente	5

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais" na demonstração do resultado.

### 3.9 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

A Companhia realizou teste e não identificou nenhum ativo não financeiro para o qual devesse reconhecer provisão para redução ao valor recuperável.

### 3.10 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

### 3.11 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 3.12 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração as particularidades de cada classe de obrigações. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

### 3.13 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e os prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

### 3.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

### 3.15 Reconhecimento da receita de contrato com cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente simultaneamente recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que o serviço é efetivamente prestado. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada serviço prestado.

A seguir fornecemos informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receitas relacionadas.

#### Serviços de telemarketing

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de telemarketing ativo/receptivo em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle dos serviços prestados pela Companhia a partir do momento em que o consomem. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de atendimentos e/ou vendas realizadas. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão.

#### Serviços de recuperação de crédito

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, por meio da prestação de serviços de recuperação de crédito em um determinado período. A apuração do volume de serviços prestados para o cliente ocorre em bases mensais. A receita é estimada para o serviço prestado no mês com base em condições contratuais, as quais incluem, principalmente, volume de créditos recuperados. As faturas são emitidas mensalmente e são pagas, usualmente, em 60 dias a partir de sua emissão.

### Licença de software e suporte

As receitas decorrentes das licenças de softwares comercializadas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, por meio da instalação e disponibilização do acesso ao sistema. A receita é definida em contrato, segmentada de outros itens que o contrato possa ter, tais como a obrigação de prestar serviços de manutenção e suporte, a qual é reconhecida em bases mensais definidas contratualmente.

### Receitas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem, principalmente, receitas de juros sobre aplicações.

## **3.16 Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados em assembleia geral.

## **3.17 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### **3.17.1 Estimativas e premissas contábeis críticas**

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

#### **a) *Perda (impairment) do ágio***

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada, vigente. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) são determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas de fluxos de caixa futuro (Nota 13).

A Companhia efetuou a respectiva análise para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e identificou perdas no montante de R\$ 49.187, proveniente do ágio da aquisição da Aytty e Cobrança.

#### **b) *Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros***

O valor justo de instrumentos financeiros é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

c) *Vida útil do ativo imobilizado*

O imobilizado é depreciado usando o método linear durante a vida útil estimada dos ativos. A vida útil é revisada anualmente.

3.17.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis

a) *Provisões*

A Companhia e suas controladas são parte envolvidas em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia e suas controladas acreditam que essas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras.

b) *Tributos*

Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável futuro disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal. Esses prejuízos fiscais não prescrevem e podem ser utilizados para fins de compensação com lucro tributável futuro, sendo que a compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal.

c) *Taxa incremental sobre empréstimos*

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

### 3.18 Informações por segmentos

Informação por segmento: um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão e estão apresentados de modo consistente com o relatório interno fornecido para a Diretoria Executiva, onde se concentra a tomada das principais decisões operacionais da Companhia e responsável por implementar as estratégias definidas pelo Conselho de Administração. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação.

### 3.19 Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (“DFC”) foi preparada conforme o IAS 7 / NBC TG 03 (R3) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

### 3.20 Demonstrações do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo A NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

### 3.21 Novas normas, revisões e interpretações

#### Normas novas e alteradas em vigor no exercício corrente:

**Alteração ao NBC TG 27 (R3) – Ativo Imobilizado:** A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.

**Alteração ao NBC TG 25 (R1) – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.

**Alteração ao NBC TG 15 (R3) – Combinação de Negócios:** Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.

**NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros:** Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da baixa de passivos financeiros.

**NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos:** Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

A administração da Companhia avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

**Novas normas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes:**

**NBC TG 26 (R4) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas:** Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.

**NBC TG 26 (R4) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas:** Para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

**NBC TG 23 (R1) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros:** Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

**IFRS 17 – Contratos de seguro:** Introduce as empresas seguradoras um novo modelo de mensuração para contratos de seguros.

**IAS 12 – Imposto de Renda:** Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida em que os normativos estiverem regulamentados pela CVM.

## ■ 4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e os impactos.

### 4.1. FATORES DE RISCO FINANCEIRO

**(a) RISCO DE MERCADO**

**(i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia auferir ganhos ou sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos

existentes de longo prazo são contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

## (b) RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras está abaixo apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8)	2.321	33.782	2.327	34.391
Aplicações financeiras	3.186	5.051	3.186	7.008
Contas a receber de clientes (Nota 9)	23.329	157.634	34.401	163.129
	<b>28.836</b>	<b>196.467</b>	<b>39.914</b>	<b>204.528</b>

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

## (c) RISCO DE CÂMBIO

O resultado das operações da Companhia é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte dos empréstimos e financiamentos está vinculada a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, a Companhia utiliza instrumentos de hedge derivativo (swap cambial) com o objetivo de reduzir totalmente a sua exposição ao risco cambial.

A Companhia possui política para mitigação dos riscos cambiais, evitando exposição a flutuações de valores de mercado e operando com instrumentos que permitam controles de riscos. Os instrumentos em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021 referem-se a contratos de venda cambial a termo a fim de proteger integralmente a exposição passiva em moeda estrangeira, originada de empréstimos e financiamentos captados em dólares norte-americanos, conforme demonstrado a seguir:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS EM 31/12/2022					
Contraparte	Vencimento	Compra/Venda	Taxa futura contratada	Saldo dez/2022	Notional
CCB	Outubro/2023	Compra	5,75	13	447
CCB	Março/2023	Compra	5,75	9	319
CCB	Dezembro/2023	Compra	5,75	49	1.231
CCB	Agosto/2023	Compra	5,75	16	2.190
BRADESCO	Dezembro/2022	Compra	5,75	(138)	1.270
				<b>(51)</b>	<b>5.457</b>

**INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS EM 31/12/2021**

<b>Contraparte</b>	<b>Vencimento</b>	<b>Compra/Venda</b>	<b>Taxa futura contratada</b>	<b>Saldo dez/2021</b>	<b>Notional</b>
CCB	Outubro/2022	Compra	5,75	(73)	2.050
CCB	Agosto/2022	Compra	5,75	(36)	941
CCB	Abril/2022	Compra	5,75	(132)	2.771
CCB	Dezembro/2022	Compra	5,75	(112)	3.352
				<b>(353)</b>	<b>9.114</b>

A Companhia contratou estes instrumentos financeiros derivativos com a intenção de proteção econômica dos efeitos de variação cambial de seus empréstimos tomados em moeda estrangeira (hedge econômico). A Companhia não aplica a política contábil de *hedge accounting* para esses contratos, mensurando os mesmos ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia não ofereceu margens em garantia para as operações contratadas, indicadas acima.

O reflexo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados no resultado do exercício, estão reconhecidos no resultado financeiro.

**(d) RISCO DE LIQUIDEZ**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para o departamento Financeiro da Companhia. O Financeiro investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento, avaliados a valor justo.

	Controladora		
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>			
Fornecedores	16.894	-	-
Empréstimos e financiamentos	87.393	24.541	-
Aquisição de controladas	2.068	-	-
Arrendamentos	3.939	3.088	18.315
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>			
Fornecedores	18.960	-	-
Empréstimos e financiamentos	100.320	62.606	-
Aquisição de controladas	2.714	-	-
Arrendamentos	5.992	6.767	4.389
	Consolidado		
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>			
Fornecedores	24.913	-	-
Empréstimos e financiamentos	87.393	24.542	-
Aquisição de controladas	2.068	-	-
Arrendamentos	3.939	3.088	18.315
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>			
Fornecedores	20.372	-	-
Empréstimos e financiamentos	100.320	62.605	-
Aquisição de controladas	2.714	-	-
Arrendamentos	6.264	7.410	6.009

#### (e) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TAXA DE CÂMBIO

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta em seus instrumentos financeiros derivativos, os quais possuem a finalidade de hedge nas operações de empréstimos em moeda estrangeira.

As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de três meses para essa avaliação e a exposição à flutuação do dólar norte-americano. A administração entende que o cenário provável é uma redução de 3,77% na cotação do dólar norte-americano, conforme expectativa de mercado. Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	31/12/2022		
	Ativo	Passivo	Notional
Contratos de câmbio a termo - R\$ para US\$ (Nota 15)	-	51	5.457
Empréstimos em US\$ (Nota 15)	-	5.457	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>-</b>	<b>5.508</b>	<b>5.457</b>

INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	31/12/2021		
	Ativo	Passivo	Notional
Contratos de câmbio a termo - R\$ para US\$ (Nota 15)	-	353	9.114
Empréstimos em US\$ (Nota 15)	-	9.114	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>-</b>	<b>9.467</b>	<b>9.114</b>

Operação	Risco	Cenário				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Hedge Dívida em US\$	Dívida (Risco aumento US\$)	18	22	27	(13)	(9)
	Derivativo (Risco queda US\$)	18	22	27	(13)	(9)
	<b>Efeito líquido</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

O cenário provável utiliza a taxa de câmbio projetada a R\$ 5,20, com base nas projeções do Banco Central do Brasil, conforme relatório Focus datado de 30 de dezembro de 2022.

#### (f) ANÁLISE DE SENSIBILIDADE – TAXA DE JUROS

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o exercício projetado de doze meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de taxas de juros, substancialmente o Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

A administração entende que o cenário provável para os próximos doze meses é CDI a 12,25% ao ano, conforme expectativas de mercado.

A Companhia possui aplicações financeiras atreladas ao CDI, classificadas como caixa e equivalentes de caixa, sendo que as utiliza diariamente para gestão do fluxo de caixa. Dessa forma, a Administração entende que não é relevante a apresentação da análise de sensibilidade para esse ativo.

Em seguida, apuramos os cenários de apreciação e de deterioração de 25% e 50% sobre essa expectativa, conforme demonstrado a seguir:

Operação	Risco	Cenário				
		Provável	25%	50%	-25%	-50%
Empréstimos e financiamentos	Variação do CDI	10.921	13.651	16.381	8.191	5.460

## 4.2. GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumarizados:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	15	111.934	162.925	111.934	162.925
Caixa e equivalentes de caixa	8	(2.321)	(33.782)	(2.327)	(34.391)
Aplicações financeiras		(3.186)	(5.051)	(3.186)	(7.008)
Instrumentos financeiros derivativos	15	51	353	51	353
Dívida líquida		<b>106.478</b>	<b>124.445</b>	<b>106.472</b>	<b>121.879</b>
Total do patrimônio líquido	19	<b>(353.365)</b>	<b>(15.818)</b>	<b>(353.365)</b>	<b>(15.818)</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL</b>		<b>(246.887)</b>	<b>108.627</b>	<b>(246.893)</b>	<b>106.061</b>
Índice de alavancagem financeira - %		(43,13)	114,5	(43,13)	114,9

### 4.3. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Na avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros, foram consideradas as seguintes premissas pela Administração da Companhia:

**Aplicações financeiras:** as aplicações financeiras em CDBs e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra considerando remuneração prevista na curva de rendimento do instrumento e, dessa forma, seu valor contábil reflete seu valor justo.

**Instrumentos financeiros derivativos:** o valor justo de contratos de câmbio a termo é baseado nas cotações projetadas de câmbio para as datas de vencimento contratadas dos instrumentos, ou data próxima a esta, descontadas até o exercício de vencimento residual do contrato usando uma taxa de juros livre de riscos (baseada em títulos públicos). Cotações são obtidas principalmente a partir de preços referenciais divulgados pela BM&F Bovespa.

**Empréstimos e financiamentos:** estão substancialmente representados por financiamentos e empréstimos a taxas pós-fixadas (CDI adicionado a *spread*) concedidos pelas principais instituições financeiras nacionais, e reúnem características próprias e a Administração. Dessa forma seu valor justo é similar ao valor contábil.

**Outros ativos e passivos financeiros:** pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a

perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

### **HIERARQUIA DO VALOR JUSTO**

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- **NÍVEL 1:** preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- **NÍVEL 2:** informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços)
- **NÍVEL 3:** técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Para a mensuração do valor justo de seus instrumentos financeiros, a Companhia adota a técnica de avaliação de preços cotados nos mercados ativos (Nível 1) e a técnica de avaliação de preços observáveis (Nível 2).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2022</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	(51)	-	(51)

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>31/12/2021</b>			
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 3</b>	<b>Saldo total</b>
<b>Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	-	(353)	-	(353)

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o período.

## 5. APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

A Diretoria Executiva, grupo tomador de decisões operacionais, considera o negócio na perspectiva de produto e identificou as atividades de contact, cobrança, Cxdzain e Code7.

A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na margem bruta. Despesas operacionais, receitas e despesas de juros não são alocadas aos segmentos.

A Companhia não realiza avaliação do desempenho dos negócios considerando ativos e passivos alocados aos segmentos, tratando-os de forma consolidada no contexto dos negócios realizados por estes segmentos.

O resultado operacional consolidado por segmento está apresentado a seguir:

	Consolidado				
	31/12/2022				
	Contact	Cobrança	Cxdzain	Code7	Consolidado
Receita operacional líquida	197.649	138.853	9.572	60.729	406.803
Custo dos serviços prestados	(160.885)	(112.120)	(7.942)	(32.877)	(313.823)
<b>Lucro bruto</b>	<b>36.764</b>	<b>26.733</b>	<b>1.631</b>	<b>27.853</b>	<b>92.980</b>
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>18,47%</b>	<b>19,25%</b>	<b>17,04%</b>	<b>45,86%</b>	<b>22,86%</b>

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Contact	Cobrança	Cxdzain	Code7	Consolidado
Receita operacional líquida	303.334	159.193	7.201	61.744	531.472
Custo dos serviços prestados	(212.771)	(123.604)	(4.321)	(32.615)	(373.310)
<b>Lucro bruto</b>	<b>90.563</b>	<b>35.589</b>	<b>2.880</b>	<b>29.129</b>	<b>158.162</b>
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>29,86%</b>	<b>22,36%</b>	<b>39,99%</b>	<b>47,18%</b>	<b>29,76%</b>

As receitas brutas dos três principais clientes da Companhia representam 28% (aproximadamente 50% da receita total em 31 de dezembro de 2021). Demais receitas são oriundas de diversos clientes, sendo que nenhum deles isoladamente representa mais de 8% da receita bruta total.

Não há transações entre os segmentos operacionais da Companhia.

## 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

O quadro a seguir apresenta os principais instrumentos financeiros contratados por categoria:

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros:</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	8	2.321	33.782	2.327	34.391
Aplicações financeiras		3.186	5.051	3.186	7.008
Contas a receber de clientes	9	23.329	157.634	34.401	163.129
<b>Passivos Financeiros:</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	14	16.894	18.960	24.913	20.372
Empréstimos e financiamentos	15	111.934	162.925	111.934	162.925
Aquisição de controladas	11	2.068	2.714	2.068	2.714
Outras contas a pagar		5.864	1.292	7.195	2.290
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	15	51	353	51	353

## 7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>CONTAS A RECEBER DE CLIENTES</b>				
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)				
BB	4.492	80.905	4.492	80.905
B	1.173	70	1.173	70
	<b>5.665</b>	<b>80.975</b>	<b>5.665</b>	<b>80.975</b>
Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Grupo 1	1.715	10.549	7.049	10.549
Grupo 2	15.111	65.999	20.842	71.493
Grupo 3	838	111	845	112
	<b>17.644</b>	<b>76.659</b>	<b>28.736</b>	<b>82.154</b>
<b>TOTAL DE CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (NOTA 9)</b>	<b>23.329</b>	<b>157.634</b>	<b>34.401</b>	<b>163.129</b>

- Grupo 1 - novos clientes/ partes relacionadas (menos de seis meses).
- Grupo 2 - clientes/ partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/ partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com algumas inadimplências no passado.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício.

## 8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos	2.321	15.125	2.327	15.734
Aplicações financeiras	-	18.657	-	18.657
	<b>2.321</b>	<b>33.782</b>	<b>2.327</b>	<b>34.391</b>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, sujeita a um insignificante risco de perda de valor, estão representadas por aplicações financeiras em certificados de depósito bancário com compromisso de recompra e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

## 9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber de clientes	23.784	161.941	35.353	167.529
AVP	-	(3.483)	-	(3.483)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(455)	(824)	(952)	(918)
<b>Contas a receber de clientes, líquidas</b>	<b>23.329</b>	<b>157.634</b>	<b>34.401</b>	<b>163.128</b>
Ativo circulante	23.329	137.786	34.401	143.281
Ativo não circulante	-	19.848	-	19.848

O saldo de contas a receber de clientes apresentou redução comparado a 2021, devido à perda das carteiras de cobrança ocasionada pelo pedido de Recuperação Judicial.

A variação observada na conta entre os exercícios de 2021 e 2022 é motivada, substancialmente, pelo expressivo volume de rescisões contratuais com clientes observada no segundo semestre de 2022, em especial, no segmento de Cobrança.

## CONTAS A RECEBER POR VENCIMENTO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
A vencer	16.571	151.487	24.189	157.075
<b>Vencidos:</b>				
Até 30 dias	2.876	2.466	4.144	2.466
De 31 a 60 dias	1.906	429	2.075	429
De 61 a 90 dias	393	133	680	133
De 91 a 180 dias	22	219	330	219
Há mais de 180 dias	2.016	7.207	3.935	7.207
<b>Total</b>	<b>23.784</b>	<b>161.941</b>	<b>35.353</b>	<b>167.529</b>

## MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	(824)	(1.154)	(918)	(1.154)
Adições / Reversões	369	330	(34)	236
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(455)</b>	<b>(824)</b>	<b>(952)</b>	<b>(918)</b>

A constituição e reversão da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício em "Outras despesas operacionais". Os valores são geralmente baixados da conta de provisão quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. A Companhia mantém títulos como garantia de empréstimos e financiamentos (Nota 15).

## 10. IMPOSTOS A RECUPERAR

### IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recuperar	-	2.825	-	2.829
ISS a recuperar	-	160	-	181
INSS a recuperar	530	4.201	727	4.338
	<b>530</b>	<b>7.186</b>	<b>727</b>	<b>7.348</b>

■ IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda a recuperar	14.382	8.782	14.568	8.850
Contribuição social a recuperar	480	539	950	555
	<b>14.862</b>	<b>9.321</b>	<b>15.518</b>	<b>9.405</b>

## 11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Code7 Software e Plataformas de Tecnologias Ltda.				
Ágio na combinação de negócios (Nota 13)	16.973	16.973	-	-
(-) Provisão de redução ao valor recuperável de ativos (Nota 13)	(16.973)	-	-	-
Mais valia de ativos intangíveis (Nota 13)	23.609	23.609	-	-
(-) Amortização acumulada (Nota 13)	(10.169)	(7.626)	-	-
Participação societária	(30.732)	(1.307)	-	-
<b>Investimento em controladas</b>	<b>(17.292)</b>	<b>31.649</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Cotas de investimentos – Unicred	229	231	231	231
Outros	-	-	171	171
<b>Outros investimentos</b>	<b>229</b>	<b>231</b>	<b>402</b>	<b>402</b>
	<b>(17.112)</b>	<b>31.880</b>	<b>402</b>	<b>402</b>
Ativo	13.669	31.880	402	402
Passivo	(30.732)	-	-	-
	<b>(17.063)</b>	<b>31.880</b>	<b>402</b>	<b>402</b>

(a) Movimentação dos investimentos em controladas

	31/12/2022	31/12/2021
	Code7	Code7
Investimentos em controladas no início do período	31.649	40.587
(-) Resultado de equivalência patrimonial	(29.258)	(6.396)
(-) Provisão de redução ao valor recuperável de ativos	(16.973)	-
(-) Realização ao valor justo	(2.710)	(2.542)
<b>Investimentos em controladas no final do período</b>	<b>(17.292)</b>	<b>31.649</b>

**(b) Informações sintéticas de controladas**

					31/12/2022
	Total do Ativo	Patrimônio líquido ajustado	Ágio na aquisição da controlada	Prejuízo do exercício	Participação no capital social (%)
Code7	16.119	(34.265)	16.973	(29.258)	100,00

  

					31/12/2021
	Total do Ativo	Patrimônio líquido ajustado	Ágio na aquisição da controlada	Prejuízo do exercício	Participação no capital social (%)
Code7	22.651	14.676	16.973	(6.393)	100,00

- AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS – SALDO A PAGAR**

As aquisições dos investimentos acima descritos foram realizadas com pagamento parcial à vista e parcelamento de saldo devedor, corrigido pela variação mensal do CDI.

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	2.714	18.094
Amortizações	(764)	(14.875)
Juros pagos	(119)	(1.541)
Juros apropriados	237	1.036
<b>Saldo final</b>	<b>2.068</b>	<b>2.714</b>

O cronograma dos vencimentos está abaixo apresentado:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	2.068	2.714
	<b>2.068</b>	<b>2.714</b>

## 12. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2022 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

Controladora							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamentos	Total
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	14%			
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.617</b>	<b>5.099</b>	<b>18.710</b>	<b>23.563</b>	<b>146</b>	<b>17.740</b>	<b>72.875</b>
Adições	223	742	5.631	1.641	32	8.731	17.000
Baixas	-	-	-	-	-	(2.966)	(2.966)
Depreciação	(1.465)	(946)	(6.539)	(7.826)	-	(8.761)	(25.537)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.375</b>	<b>4.895</b>	<b>17.802</b>	<b>17.378</b>	<b>178</b>	<b>14.744</b>	<b>61.372</b>
Custo histórico	15.230	10.078	60.901	80.972	178	38.941	205.490
Depreciação acumulada	(8.855)	(5.183)	(42.290)	(63.593)	-	(24.197)	(144.118)
	<b>6.375</b>	<b>4.895</b>	<b>17.802</b>	<b>17.378</b>	<b>178</b>	<b>14.744</b>	<b>61.372</b>
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.375</b>	<b>4.895</b>	<b>17.802</b>	<b>17.378</b>	<b>178</b>	<b>14.744</b>	<b>61.372</b>
Adições	36	149	984	460	12	25.119	26.760
Baixas	(324)	(85)	(216)	(62)	(31)	(8.701)	(9.419)
Transferências	-	-	(1.552)	(467)	-	-	(2.019)
Depreciação	(1.361)	(922)	(6.248)	(5.853)	-	(7.471)	(21.855)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.726</b>	<b>4.037</b>	<b>10.770</b>	<b>11.456</b>	<b>159</b>	<b>23.691</b>	<b>54.839</b>
Custo histórico	14.942	10.142	59.308	80.902	159	55.359	220.842
Depreciação acumulada	(10.246)	(6.105)	(48.538)	(69.446)	-	(31.668)	(166.003)
	<b>4.726</b>	<b>4.037</b>	<b>10.770</b>	<b>11.456</b>	<b>159</b>	<b>23.691</b>	<b>54.839</b>

Consolidado							
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de processamento de dados	Benfeitorias propriedade de terceiros	Imobilizado em andamento	Arrendamentos	Total
Taxa de depreciação - %	10%	10%	20%	14%			
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>7.661</b>	<b>5.111</b>	<b>19.060</b>	<b>23.572</b>	<b>146</b>	<b>17.740</b>	<b>73.290</b>
Adições	223	744	5.711	1.641	32	11.529	19.880
Baixas	-	-	-	-	-	(2.965)	(2.965)
Depreciação	(1.474)	(953)	(6.412)	(7.826)	-	(9.038)	(25.703)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.410</b>	<b>4.902</b>	<b>18.359</b>	<b>17.387</b>	<b>178</b>	<b>17.266</b>	<b>64.502</b>
Custo histórico	15.370	10.143	61.463	80.998	178	41.494	209.646
Depreciação acumulada	(8.960)	(5.241)	(43.104)	(63.611)	-	(24.228)	(145.144)
	<b>6.410</b>	<b>4.902</b>	<b>18.359</b>	<b>17.387</b>	<b>178</b>	<b>17.266</b>	<b>64.502</b>
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>6.410</b>	<b>4.902</b>	<b>18.359</b>	<b>17.387</b>	<b>178</b>	<b>17.266</b>	<b>64.502</b>
Adições	37	149	1.195	448	12	25.119	26.960
Baixas	(324)	(85)	(702)	(132)	(31)	(10.341)	(11.615)
Depreciação	(1.368)	(924)	(6.406)	(5.869)	-	(8.353)	(22.920)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>4.755</b>	<b>4.042</b>	<b>12.446</b>	<b>11.834</b>	<b>159</b>	<b>23.691</b>	<b>56.927</b>
Custo histórico	15.083	10.207	61.956	81.314	159	56.272	224.991
Depreciação acumulada	(10.328)	(6.165)	(49.510)	(69.480)	-	(32.581)	(168.064)
	<b>4.755</b>	<b>4.042</b>	<b>12.446</b>	<b>11.834</b>	<b>159</b>	<b>23.691</b>	<b>56.927</b>

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2022 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, outros ativos (cotas de consórcio).

A Companhia possui os seguintes saldos de ativos totalmente depreciados que permanecem em uso:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Móveis e utensílios	1.297	411
Máquinas e equipamentos	817	30
Equipamentos de informática	28.646	23.482
Benfeitorias em propriedades de terceiros	42.730	21.812
	<b>73.490</b>	<b>45.735</b>

## 13. INTANGÍVEL

	Período de amortização	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ágio aquisição Flex Cobrança		32.214	32.214	32.214	32.214
Ágio aquisição Code7		-	-	16.973	16.973
(-) Impairment		(32.214)	-	(49.187)	-
<b>Ágio na aquisição de controladas</b>		<b>-</b>	<b>32.214</b>	<b>-</b>	<b>49.187</b>
Carteira de clientes	7 anos	24.056	24.056	24.056	24.056
Marca	2 anos	8.591	8.591	8.591	8.591
Amortização mais valia		(32.647)	(32.139)	(32.647)	(32.139)
<b>Intangíveis oriundos da aquisição da Flex Cobrança</b>		<b>-</b>	<b>508</b>	<b>-</b>	<b>508</b>
Carteira de clientes	7 anos	1.688	1.688	1.688	1.688
Marca	2 anos	28	28	28	28
Amortização mais valia		(1.359)	(1.245)	(1.359)	(1.245)
<b>Intangíveis oriundos da aquisição da Primius</b>		<b>357</b>	<b>471</b>	<b>357</b>	<b>471</b>
Carteira de clientes	13 anos	-	-	13.071	13.071
Marca	8 anos	-	-	2.921	2.921
Software	7 anos	-	-	5.033	5.033
Acordo de não competição		-	-	2.638	2.638
Amortização acumulada		-	-	(10.168)	(7.626)
<b>Intangíveis oriundos da aquisição da Code7</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.495</b>	<b>16.037</b>
Softwares – licenças de uso	5 anos	24.211	23.207	24.418	23.413
Desenvolvimento de softwares – custo	5 anos	28.753	26.321	50.847	38.737
Cessão de carteira de clientes	5 anos	4.521	4.521	4.521	4.521
Amortização acumulada		(41.563)	(31.862)	(54.232)	(34.070)
(-) Impairment		(7.078)	-	(15.435)	-
<b>Outros intangíveis</b>		<b>8.844</b>	<b>22.187</b>	<b>10.119</b>	<b>32.601</b>
		<b>9.201</b>	<b>55.380</b>	<b>23.971</b>	<b>98.804</b>

#### MOVIMENTAÇÃO

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro e 2020</b>	<b>64.362</b>	<b>103.930</b>
Adições	3.777	11.749
Amortização	(12.759)	(16.875)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>55.380</b>	<b>98.804</b>
Custo histórico	120.626	173.884
Amortização acumulada	(65.246)	(75.080)
	<b>55.380</b>	<b>98.804</b>
<b>Saldo líquido em 31 de dezembro e 2021</b>	<b>55.380</b>	<b>98.804</b>
Adições	5.507	13.175
Baixas	(1.738)	(2.379)
Impairment	(39.292)	(71.557)
Amortização	(10.656)	(14.072)
<b>Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.201</b>	<b>23.971</b>
Custo histórico	86.403	115.449
Amortização acumulada	(77.202)	(91.478)
	<b>9.201</b>	<b>23.971</b>

As adições de ativo intangível são motivadas, substancialmente, pela aquisição de softwares e projetos de desenvolvimento interno da automatização digital das áreas de Recursos Humanos, Controladoria e finanças, e para o aprimoramento do ambiente de controles internos. No período houve também desenvolvimento de soluções na área operacional, em especial relacionados ao desenvolvimento de tecnologias como Inteligência Artificial, Big Data & Analytics, Bots, Machine Learning, Agentes Virtuais e URAs Cognitivas (Unidade de Resposta Audível).

#### TESTE DE ÁGIO PARA VERIFICAÇÃO DE IMPAIRMENT

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), identificadas de acordo com o segmento operacional. Conforme apurado nas combinações de negócios, os ágios oriundos da aquisição de controladas foram atribuídos aos segmentos de Cobrança e de Tecnologia.

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor no qual a UGC atua.

O teste de ágio para verificação de impairment foi efetuado na data-base de 31 de dezembro de 2022 e as premissas-chave, a taxa de crescimento de longo prazo e a taxa de desconto utilizadas nos cálculos foram as seguintes:

	<b>Cobrança</b>	<b>Code 7</b>
Volume e preço de vendas (% da taxa de crescimento anual) <sup>(1)</sup>	Média 3%	Média 3%
Margem bruta (% de receita) <sup>(2)</sup>	32,9	39,6%
Outros custos operacionais e despesas administrativas (% da receita) <sup>(3)</sup>	25,1	28,8%
Taxa de desconto - %	16,6	16,6%

- (1) O volume de vendas considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado. O preço de venda considera a média anual da taxa de crescimento no período previsto de cinco anos. Ele se baseia nas atuais tendências do setor e inclui as previsões de inflação para o longo prazo para cada território.
- (2) A margem bruta é a margem média como uma porcentagem da receita no período previsto de cinco anos. Ela se baseia nos níveis atuais da margem de vendas, com ajustes efetuados para refletir os aumentos de preço futuros esperados que a administração espera poder repassar para os clientes por meio de aumentos no preço.
- (3) Outros custos operacionais são os custos fixos das UGCs, que não variam de maneira significativa com os volumes de vendas ou os preços. A administração estimou esses custos com base na estrutura atual dos negócios, ajustando-os aos aumentos inflacionários, e estes não refletem quaisquer reestruturações futuras ou medidas de economias de custo. Os valores divulgados acima são os custos operacionais médios para o período previsto de cinco anos.

Os resultados apurados indicavam que houve apuração de perda por *impairment* a ser reconhecida no exercício, tendo em vista que o valor líquido do fluxo de caixa apurado foi inferior ao valor desses ativos.

Diante do contexto apresentado na Nota 2.2. e dos testes realizados, a Administração reconheceu provisão de redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*) relacionadas aos ágios na aquisição da Cobrança e da Code7, no montante de R\$ 49,2 milhões e sobre desenvolvimento de produtos e serviços internos, no montante de R\$ 22,3 milhões em 31 de dezembro de 2022.

## 14. FORNECEDORES

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Fornecedores - materiais e serviços	12.435	14.255	20.454	15.666
Fornecedores - telefonia	4.459	4.705	4.459	4.706
	<b>16.894</b>	<b>18.960</b>	<b>24.913</b>	<b>20.372</b>

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Encargos mensais	Encargos anuais	Vcto	Controladora/Consolidado	
				31/12/2022	31/12/2021
<b>Moeda nacional</b>					
Arrendamentos	0,60% a.m. (eq. CDI + 0,40%)	7,36% a.a. (eq. CDI + 6,16%)	2023	1.738	3.274
Capital de giro	0,56% a.m. (eq. CDI + 0,36%)	6,93% a.a. (eq. CDI + 4,41%)	2023	57.193	77.155
Notas Comerciais	0,60% a.m. (eq. CDI + 0,40%)	7,36% a.a. (eq. CDI + 4,94%)	2023	47.546	73.383
<b>Total moeda nacional</b>				<b>106.477</b>	<b>153.812</b>
<b>Moeda estrangeira <sup>1</sup></b>					
Capital de giro - USD				5.457	9.113
Total moeda estrangeira		Libor + 3,6% a.a.	2023	<b>5.457</b>	<b>9.113</b>
<b>Total</b>				<b>111.934</b>	<b>162.925</b>
Circulante				87.393	100.320
Não circulante				24.541	62.605

- (1) A Companhia contratou swaps cambiais (instrumentos financeiros derivativos) para mitigar o risco cambial existente sobre os contratos em moeda estrangeira, assumindo como contrapartida a variação do CDI, conforme descrito na Nota 4.1 (c). Não há risco cambial residual nessas operações, estando elas integralmente protegidas via swaps mencionados.

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Até 1 ano	87.393	100.320
Entre 1 e 3 anos	24.541	62.605
	<b>111.934</b>	<b>162.925</b>

### MOVIMENTAÇÃO DE SALDO

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	162.925	189.997
Adições	50.856	31.809
Juros incorridos	25.202	14.875
Juros pagos	(24.838)	(12.225)
Amortizações	(102.211)	(61.531)
<b>Saldo final</b>	<b>111.934</b>	<b>162.925</b>

## ■ CLÁUSULAS RESTRITIVAS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta contratos de capital de giro e debêntures com cláusulas restritivas (“*covenants*”) que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, apurados em 31 de dezembro, das quais destacamos:

- Dívida Líquida / EBITDA < 2,00
- EBITDA/ Resultado financeiro > 1,15
- Liquidez Corrente >0,80;

Os compromissos são apurados anualmente

## ■ DESCUMPRIMENTO DE CLÁUSULAS RESTRITIVAS – NOTAS COMERCIAIS

Em decorrência de parte dos cancelamentos dos parcelamentos tributários (Nota 17), em julho de 2022, a Companhia foi notificada de protestos de títulos pela Prefeitura de São Paulo, motivados pelo não pagamento de obrigações tributárias no período. Dessa forma, a Companhia descumpriu as cláusulas de Vencimento Antecipado não Automático nº 6.1.2 (v) e (xiv) da 1ª. Emissão de Notas Comerciais Escriturais emitida em maio de 2022.

Os eventos de vencimento antecipado não automáticos podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, caso o Agente Fiduciário convoque, no prazo máximo de 5 dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento, Assembleias Gerais de Titulares de Notas Comerciais Escriturais das respectivas séries, para deliberar sobre a decretação de vencimento antecipado.

No dia 1º de setembro de 2022, foi realizada Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais da Companhia, deliberando sobre os pleitos apresentados pela Companhia no dia 25 de julho de 2022, com os seguintes desfechos: (i) aprovação parcial do pedido de suspensão do pagamento do principal, para os meses de agosto de 2022 até outubro de 2022; e (ii) waiver declarado até 15 de janeiro de 2023, com indicação de quotas da controlada integral Code7 como garantia adicional da operação.

No dia 17 de abril de 2023, foi realizada Assembleia Geral de Titulares das Notas Comerciais da Companhia, deliberando sobre os pleitos apresentados pela Companhia no dia 17 de março de 2023, com os seguintes desfechos: (i) aprovação dos Cancelamentos dos Registros perante a CVM e a B3, podendo a Companhia e sua administração, em conjunto ao Agente Fiduciário, praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos e quaisquer os documentos necessários à implementação dos Cancelamentos dos Registros, sem qualquer limitação, nos termos da legislação aplicável, incluindo aditamento ao Termo de Emissão com o objetivo de refletir a emissão por sociedade não registrada como emissora de valores mobiliários perante a CVM e a consequente não negociação das Notas Comerciais Escriturais em mercados regulamentados.

## ■ GARANTIAS

Os contratos de arrendamentos possuem garantias através de alienação fiduciária dos bens em escopo nos contratos de arrendamento. Para os contratos de Finame, a garantia ocorre em forma de alienação fiduciária dos bens objetos do contrato e avais. Para os empréstimos de capital de giro e contas garantidas, as garantias são direitos creditórios.

Abaixo destacamos os ativos dados em garantia a essas operações:

	<b>Controladora / Consolidado</b>	
	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
<b>CIRCULANTE</b>		
Aplicações financeiras	1.298	1.298
Contas a receber	31.400	31.400
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Equipamentos de informática	4.670	4.670
<b>TOTAL DE ATIVOS DADOS COMO GARANTIA</b>	<b>37.368</b>	<b>37.368</b>

#### ■ EMISSÃO DE NOTAS COMERCIAIS

Em fevereiro de 2020, a Companhia efetuou oferta pública com esforços restritos de distribuição da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries. No contexto do plano de Transformação (Nota 2.2), em maio de 2022, a Companhia efetuou oferta pública da sua 1ª emissão de notas comerciais escriturais, em 3 (três) séries, no valor total de até R\$ 70.000 (“Emissão” e “Notas Comerciais Escriturais”, respectivamente), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta Restrita”).

O valor total da emissão foi de R\$ 61.836, destinado para a quitação das debêntures, com alongamento do duration deste instrumento financeiro e melhores condições de taxas de juros.

O compartilhamento da garantia constituída em favor dos Titulares de Notas Comerciais Escriturais com os Debenturistas, por meio do Penhor sobre Ativos de Propriedade Intelectual (conforme abaixo definido), foi autorizada com base em Reunião de Sócios da Garantidora realizada em 26 de abril de 2022 (“Reunião de Sócios da Garantidora” e, em conjunto com a RCA da Emissora, “Atos Societários da Emissão”).

O valor contábil das garantias prestadas está demonstrado a seguir:

##### (a) Penhor de equipamentos

	<b>Valor original</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor contábil</b>
Móveis e utensílios (NOTA 12)	13.669	(8.840)	4.829
Máquinas e equipamentos (NOTA 12)	8.609	(5.383)	3.226
Equipamentos de processamento de dados (NOTA 12)	27.227	(21.566)	5.661

##### (b) Penhor sobre ativos de propriedade intelectual

	<b>Valor original</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Valor contábil</b>
Software Ayty (NOTA 13)	5.033	(1.258)	3.775
Marca Ayty (NOTA 13)	2.921	(284)	2.637

## INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS – CONTRATO DE CÂMBIO A TERMO

A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira e realizou swaps cambiais para mitigar o risco cambial existente sobre esses contratos, assumindo como contrapartida a variação do CDI.

Os valores de referência (*nocional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2022, totalizam R\$ 5.457 (2021 – R\$ 9.114).

Os saldos apurados oriundos dessas operações estão apresentados a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Circulante	-	-
Passivo Circulante	51	353
<b>Exposição líquida</b>	<b>51</b>	<b>353</b>

## 16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Salários e honorários	21.730	15.910	24.312	18.110
Encargos sociais	56.179	9.158	59.635	10.433
Provisão de férias	13.338	21.781	15.656	23.776
	<b>91.247</b>	<b>46.849</b>	<b>99.603</b>	<b>52.319</b>

## 17. OBRIGAÇÕES FISCAIS

### OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS e COFINS a recolher	86.536	6.755	88.695	7.118
ISS a recolher	77.748	10.101	78.541	10.144
INSS a recolher	55.923	5.917	58.384	6.081
Parcelamento de PIS e COFINS	-	43.337	45	43.385
Parcelamento de ISS	4.116	34.588	4.516	34.844
Parcelamento de CPRB	207	34.841	422	35.064
Parcelamento de INSS	-	15.895	-	15.895
Parcelamento de FGTS	-	1.405	-	1.405
	<b>224.530</b>	<b>152.839</b>	<b>230.603</b>	<b>153.936</b>
Circulante	220.334	48.735	225.957	49.416
Não circulante	4.196	104.104	4.646	104.520

Por estratégia de gestão de fluxo de caixa da Companhia no contexto do plano de Transformação (nota 2.2), ocorreram cancelamentos dos parcelamentos federais, referentes a PIS, COFINS, CPRB e INSS. O não pagamento em junho acarretou o cancelamento dos parcelamentos em julho, mas, pelo fato gerador ter ocorrido em junho, reclassificamos os montantes para o circulante

No mesmo período, também ocorreu o cancelamento de parcelamentos municipais na prefeitura de São Paulo, referente a modalidade ISS PAT e PPI, o qual demandou a reclassificação do saldo para o circulante.

#### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social	-	-	33	29
IRRF a recolher	1.583	1.584	2.033	2.122
Parcelamento de IRPJ e CSLL (REFIS)	2.755	2.477	2.755	2.477
	<b>4.337</b>	<b>4.061</b>	<b>4.821</b>	<b>4.628</b>
Circulante	3.215	2.794	3.699	3.361
Não circulante	1.122	1.267	1.122	1.267

#### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Créditos fiscais diferidos</b>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa contribuição social	85.249	32.496
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão para contingências	1.809	1.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	448	296
Despesas com SWAP	-	740
Amortização aquisição Carteira Cobrança	684	-
Amortização aquisição Code7	3.457	2.593
AVP	-	834
<b>Ativo diferido total</b>	<b>91.647</b>	<b>38.584</b>
<b>Débitos fiscais diferidos</b>		
Amortização fiscal do ágio	(10.952)	(9.915)
Despesas com SWAP	(490)	-
Compra vantajosa	(15)	(57)
AVP	(350)	-
<b>Passivo diferido total</b>	<b>(11.807)</b>	<b>(9.972)</b>
(-) Ativo Diferido não contabilizado	(91.467)	(38.584)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
(+) Passivo Diferido não contabilizado	(350)	9.972
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos</b>	<b>(11.457)</b>	<b>-</b>

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
<b>Créditos fiscais diferidos</b>		
Prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa contribuição social	85.249	33.130
<b>Diferenças temporárias</b>		
Provisão para contingências	1.809	1.625
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	448	296
Despesas com SWAP	-	740
Amortização aquisição Carteira Cobrança	684	-
Amortização aquisição Code7	3.457	2.593
AVP	-	834
<b>Ativo diferido total</b>	<b>91.467</b>	<b>39.218</b>
<b>Débitos fiscais diferidos</b>		
Amortização fiscal do ágio	(10.952)	(9.915)
Despesas com SWAP	(490)	-
Compra vantajosa	(15)	(57)
AVP	(350)	-
<b>Passivo diferido total</b>	<b>(11.807)</b>	<b>(9.972)</b>
(-) Ativo Diferido não contabilizado	(91.467)	(38.867)
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos</b>	<b>-</b>	<b>351</b>
(+) Passivo Diferido não contabilizado	(350)	9.972
<b>Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos</b>	<b>(11.457)</b>	<b>-</b>

A seguir demonstramos a reconciliação da movimentação do ativo e passivo fiscal diferido:

Ativo fiscal diferido	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do período	91.467	22.732
Imposto diferido reconhecido no resultado do período	(91.467)	(22.732)
<b>Saldo no final do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

A Companhia avaliou a probabilidade de realização dos créditos tributários diferidos, conforme requerido pelo CPC32 (IAS12), e concluiu pela necessidade de efetuar a reversão dos valores que haviam sido registrados em anos anteriores no montante de R\$ 72.598. O crédito de IR e CS diferidos não registrado não prescreve, e poderá ser utilizado à medida que a Companhia passe a apresentar lucros tributáveis no futuro, ou que oportunidades de planejamento tributário estejam disponíveis, incluindo programas de parcelamento do governo federal que permitam a utilização desses saldos para quitação de débitos relativos a outros tributos.

Passivo fiscal diferido	Consolidado	
	31/12/2022	
Saldo no início do período	-	
Imposto diferido reconhecido no resultado do período	(11.457)	
<b>Saldo no final do período</b>	<b>(11.457)</b>	

## PARCELAMENTOS

A Companhia possui os seguintes parcelamentos:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamento de PIS e COFINS	-	43.337	45	43.385
Parcelamento de ISS	4.116	34.588	4.516	34.844
Parcelamento de CPRB	207	34.841	422	35.064
Parcelamento de INSS	-	15.895	-	15.895
Parcelamento de FGTS	-	1.405	-	1.405
Parcelamento de IRPJ e CSLL	2.755	2.477	2.755	2.477
	<b>7.078</b>	<b>132.543</b>	<b>7.738</b>	<b>133.070</b>
Circulante	2.796	29.346	3.011	29.457
Não circulante	4.282	103.197	4.727	103.613

## PARCELAMENTO DE PIS E COFINS

A Controlada, possui parcelamentos de PIS e COFINS, cujo montante da dívida totaliza em R\$ 51, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Parcelamento não previdenciário - Controlada				
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 11516-409138/2021-10	29/07/2021	60	42	51	45
				<b>51</b>	<b>45</b>

## PARCELAMENTO DE CPRB

A Flex Gestão de Relacionamento S/A, realizou um parcelamento de CPRB, cujo montante da dívida totaliza em R\$ 161, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Parcelamento não previdenciário - Controlada				
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 02110001200532541662269	28/10/2022	60	57	211	207
				<b>211</b>	<b>207</b>

A Controlada, possui parcelamentos de CPRB, cujo montante da dívida totaliza em R\$ 239, conforme demonstrado no quadro abaixo.

	Parcelamento não previdenciário - Controlada				
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 11516-409138/2021-10	29/07/2021	60	42	239	216
				<b>239</b>	<b>216</b>

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa Selic.

#### PARCELAMENTO DE IRPJ E CSLL (REFIS)

A Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda. (controlada incorporada em 2017) aderiu ao Programa REFIS da Crise Lei nº 12.996/2014, nos termos a seguir:

REFIS da Crise Lei 12.996/14					
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
REFIS da Crise Lei 12.996/14	21/08/2014	120	23	9.183	2.755
				<b>9.183</b>	<b>2.755</b>

#### PARCELAMENTO DE ISS

A Flex Gestão de Relacionamento S/A e sua controlada, fizeram adesão a Parcelamentos de ISS, nas modalidades listadas abaixo:

	Controladora 31/12/2022	Controlada 30/09/2022	Consolidado 31/12/2022
Parcelamento PAT D.A.	1.014	-	1.014
Parcelamento PAP	3.066	400	3.466
Parcelamento PDA	36	-	36
	<b>4.116</b>	<b>400</b>	<b>4.516</b>

A Flex Gestão de Relacionamento S/A, aderiu ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários – PAT D.A, junto à Prefeitura de São Paulo, nos termos a seguir:

Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários – PAT D.A.					
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 4986117	17/12/2021	36	26	167	107
Parcelamento nº 4986123	17/12/2021	60	50	429	336
Parcelamento nº 4986129	17/12/2021	60	50	489	383
Parcelamento nº 4986132	17/12/2021	44	34	213	150
Parcelamento nº 4986135	17/12/2021	11	1	2	0
Parcelamento nº 4986143	17/12/2021	36	26	59	37
				<b>1.359</b>	<b>1.014</b>

O saldo devedor destes parcelamentos é atualizado mensalmente pela Taxa IPCA.

A Flex Gestão de Relacionamento S/A, possui parcelamentos no Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo – PAP junto à Prefeitura de Florianópolis, nos termos a seguir:

Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP					
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 013.364/19	19/09/2019	96	56	316	221
Parcelamento nº 013.362/19	19/09/2019	96	56	732	496
Parcelamento nº 017.187/19	11/12/2019	60	23	885	456
Parcelamento nº 017.661/19	11/12/2019	60	23	260	134
Parcelamento nº 005.631/20	25/06/2020	96	65	1.254	983
Parcelamento nº 005.841/20	07/07/2020	96	66	618	480

Parcelamento nº 001.018/22	20/01/2022	96	78	293	296
				<b>4.358</b>	<b>3.066</b>

A controlada, no ano de 2021, realizou parcelamentos no Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo – PAP junto à Prefeitura de Florianópolis, nos termos a seguir:

Programa Municipal de Adimplemento Permanente Administrativo - PAP					
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 014.333-21	19/10/2021	60	46	212	189
Parcelamento nº 016.735-21	06/12/2021	60	47	51	45
Parcelamento nº 011.926/22	30/05/2022	60	53	173	166
				<b>436</b>	<b>400</b>

A Flex Gestão de Relacionamento S/A, possui parcelamento junto à Prefeitura de Palhoça, nos termos a seguir:

Parcelamento Lei 5.172/66 – ISS PDA					
	Data adesão	Parcelas	Parcelas em aberto	Dívida parcelada	Saldo em 31/12/2022
Parcelamento nº 353864	06/02/2020	36	1	232	36
				<b>232</b>	<b>36</b>

O saldo devedor dos parcelamentos de ISS, são atualizados mensalmente pela Taxa Selic, exceto o parcelamento da modalidade PAT D.A, que é atualizado pela taxa IPCA.

#### ■ CRONOGRAMA DE VENCIMENTOS

A seguir apresentamos o cronograma de vencimentos dos parcelamentos de tributos:

	Em 31 de dezembro de 2022				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Controladora</b>	2.796	3.450	832	-	<b>7.078</b>
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Controladora</b>	30.265	56.263	31.271	14.744	<b>132.543</b>
	Em 31 de dezembro de 2022				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Consolidado</b>	3.011	3.740	987	-	<b>7.738</b>
	Em 31 de dezembro de 2021				
	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
<b>Consolidado</b>	30.375	56.484	31.466	14.745	<b>133.070</b>

## 18. CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem, substancialmente, processos trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotas”. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas provisões estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras, conforme apresentado no quadro a seguir:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisões	2.386	1.845
Depósitos judiciais	(2.319)	(5.668)
<b>Risco líquido</b>	<b>67</b>	<b>(3.823)</b>

Os depósitos judiciais representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionados. A Companhia é parte de reclamações trabalhistas movidas por ex-profissionais, cujos pedidos se constituem, essencialmente, em pagamentos de horas extras, reversão do pedido de demissão/demissão indireta e danos morais.

A movimentação das provisões está apresentada no quadro abaixo:

Movimentação das provisões	Controladora / Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>1.623</b>
Adições realizadas no exercício	222
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>1.845</b>
Adições realizadas no exercício	541
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.386</b>

A Companhia possui riscos de natureza trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía o montante de R\$ 989 (R\$ 907 em 31 de dezembro de 2021) referentes a passivos contingentes com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, de naturezas trabalhista e cível.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## 19.1. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social é de R\$ 65.000, totalmente subscrito e integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme demonstradas na tabela a seguir:

	Quantidade de ações	Capital	Total
Em 31 de dezembro de 2021	3.248	65.000	65.000
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>3.248</b>	<b>65.000</b>	<b>65.000</b>

A composição acionária da Companhia está apresentada a seguir:

	Quantidade de ações	% de participação
Via BC Participações Ltda.	1.894	58,31%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	1.354	41,69%
	<b>3.248</b>	<b>100,00%</b>

Conforme o Estatuto Social, o capital social autorizado da Companhia é de R\$ 65.000.

## 19.2. RESERVAS

### RESERVA LEGAL

A reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital social.

### RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A reserva de retenção de lucros é formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, sendo deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações.

### 19.3. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

A aquisição da participação de não controladores em controladas realizada em 2016 resultou no reconhecimento de ajustes de avaliação patrimonial nos montantes de R\$ 2.133, referente a diferença entre o valor da contraprestação negociada e os ativos líquidos da Flex Análise de Crédito e Cobrança Ltda.

### 19.4. DIVIDENDOS

Tendo em vista que foi apurado prejuízo em 2022 e 2021, não houve proposta de distribuição de dividendos.

## 20. RECEITA OPERACIONAL

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração dos resultados dos exercícios:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita bruta	429.953	579.342	458.042	592.406
Impostos sobre vendas	(48.021)	(59.249)	(51.239)	(60.934)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>381.932</b>	<b>520.093</b>	<b>406.803</b>	<b>531.472</b>

## 21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com pessoal	(315.220)	(366.917)	(333.289)	(384.033)
Depreciação e amortização	(32.511)	(38.296)	(36.993)	(42.577)
Material de consumo	(6.390)	(8.704)	(6.390)	(8.704)
Serviços de terceiros	(61.010)	(70.518)	(73.288)	(68.577)
Outros gastos de operação	(182.107)	(10.270)	(202.007)	(10.767)
<b>Total</b>	<b>(597.238)</b>	<b>(494.705)</b>	<b>(651.967)</b>	<b>(514.658)</b>
Custos dos serviços prestados	(294.596)	(359.303)	(313.823)	(373.310)
Despesas com vendas	(190)	(986)	(198)	(1.063)
Despesas administrativas e gerais	(141.310)	(140.066)	(160.350)	(145.927)
Outras receitas (despesas operacionais)	(161.142)	5.650	(177.596)	5.642
<b>Total</b>	<b>(597.238)</b>	<b>(494.705)</b>	<b>(651.967)</b>	<b>(514.658)</b>

## 22. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre empréstimos	(15.366)	(8.181)	(15.366)	(8.181)
Despesas bancárias / IOF	(3.993)	(2.259)	(3.993)	(2.259)
Juros sobre arrendamentos	(3.110)	(2.271)	(3.358)	(2.271)
Juros sobre parcelamentos tributários	(67.108)	(15.148)	(68.149)	(15.148)
Juros sobre notas comerciais	(9.836)	(6.695)	(9.836)	(6.695)
Variação cambial	(120)	-	(120)	-
Descontos concedidos	(1)	(1.465)	(127)	(1.743)
Outras	1.537	(3.415)	838	(3.552)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(97.997)</b>	<b>(39.434)</b>	<b>(100.111)</b>	<b>(39.849)</b>
Juros sobre aplicações financeiras	667	611	674	635
Variação cambial	2.048	150	2.048	150
Descontos obtidos	357	70	357	71
Outras	2.946	96	3.110	152
<b>Receitas financeiras</b>	<b>6.018</b>	<b>927</b>	<b>6.189</b>	<b>1.008</b>
	<b>(91.979)</b>	<b>(38.507)</b>	<b>(93.922)</b>	<b>(38.841)</b>

## 23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(339.086)	(22.057)	(339.086)	(22.027)
Alíquota fiscal combinada - %	34	34	34	34
<b>Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada</b>	<b>115.289</b>	<b>7.499</b>	<b>115.289</b>	<b>7.490</b>
<b>Exclusões permanentes</b>				
Equivalência patrimonial	(29.258)	(2.174)	-	-
Outros	5.436	555	(23.539)	(1.357)
Imposto de renda e contribuição social ativo não reconhecido (Nota 17)	(91.467)	(5.880)	(91.750)	(6.163)
Reversão do ativo diferido	-	(22.732)	-	(22.732)
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	(11.457)	-	(11.457)	-
<b>Efeito dos impostos no resultado</b>	<b>(11.457)</b>	<b>(22.732)</b>	<b>(11.457)</b>	<b>(22.762)</b>
Corrente	-	-	-	(30)
Diferido	(11.457)	(22.732)	(11.457)	(22.732)
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>3,5</b>	<b>-</b>	<b>3,5</b>	<b>-</b>

## 24. PREJUÍZO POR AÇÃO

O prejuízo por ação, básico, foi calculado com base no resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2022 e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, comparativamente com o mesmo período de 2021 conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado atribuível aos acionais da Companhia	(350.543)	(44.789)
Média ponderada da quantidade de ações (em milhares)	3.248	3.248
<b>Resultado básico e diluído por ação em R\$</b>	<b>(107,93)</b>	<b>(13,79)</b>

Não há fatores de diluição a serem considerados no cálculo do resultado por ação.

## 25. COBERTURAS DE SEGUROS

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a cobertura de seguros era de R\$ 120.150 para danos materiais e responsabilidade civil.

## 26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não possui saldo de contas a pagar (fornecedores) na controladora relativo a transações com partes relacionadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Companhia possui saldo de adiantamento na controladora, devido a saldos bloqueados em conta garantia na controlada, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Adiantamento a controlada	22.458	11.814

O pessoal-chave da administração corresponde à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração da Companhia. A remuneração paga ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Salários e outros benefícios de curto prazo a Administração	2.288	4.023

## 27. ARRENDAMENTOS

A Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 para contratos que foram anteriormente identificados como arrendamentos que utilizavam o CPC 06 (R1). Portanto, a Companhia não aplicará a norma a contratos que não tenham sido previamente identificados como contratos que contenham um arrendamento nos termos do CPC 06 (R1).

A Companhia optou por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor. A Companhia possui arrendamentos de determinados equipamentos de informática destinados à operação, os quais já estavam sendo contabilizados na forma da referida Norma, não requerendo, portanto, adoção inicial.

Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e aluguéis, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Durante o ano de 2018, a Companhia efetuou uma avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), havendo adoção à Norma a partir de 01/01/2019. A taxa incremental de captação, utilizada pela Companhia para desconto, é composta pela taxa média de captação da Companhia, somado ao risco de crédito país e ajustada por um spread de risco do ativo subjacente. A posição dos arrendamentos é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<i>Impacto sobre o balanço patrimonial - aumento (redução):</i>				
<b>Ativos</b>				
Imobilizado (ativos de direito de uso)				
Custo histórico	38.413	38.941	38.413	41.496
(-) Depreciação Acumulada	(14.722)	(24.197)	(14.722)	(24.229)
<b>Total do ativo</b>	<b>23.691</b>	<b>14.744</b>	<b>23.691</b>	<b>17.267</b>
<b>Passivos</b>				
Arrendamentos operacionais – circulante	5.502	6.277	5.502	6.506
Arrendamentos operacionais - não circulante	19.840	10.096	19.840	12.400
<b>Total do passivo</b>	<b>25.342</b>	<b>16.373</b>	<b>25.342</b>	<b>18.906</b>

A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2022 está abaixo apresentada:

Ativo de direito de uso	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Direito de uso	14.744	17.740	17.266	17.740
Adições	25.119	7.253	25.119	9.808
Baixas	(8.701)	(1.488)	(10.341)	(1.488)
Depreciação do ativo de direito de uso	(7.471)	(8.761)	(8.353)	(8.793)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>23.691</b>	<b>14.744</b>	<b>23.691</b>	<b>17.267</b>

A movimentação do passivo de arrendamento no período findo em 31 de dezembro de 2022 está abaixo apresentada:

Passivo de arrendamento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo de arrendamento	16.373	19.692	18.906	19.692
Adições	25.119	7.253	25.119	9.808
Baixas	(9.601)	(1.711)	(11.886)	(1.711)
Juros sobre arrendamentos	3.110	2.271	3.358	2.271
Amortizações	(9.659)	(11.132)	(10.155)	(11.154)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>25.342</b>	<b>16.373</b>	<b>25.342</b>	<b>18.906</b>

Apresentamos a seguir o cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Controladora
Até 1 ano	3.939
Entre 1 e 3 anos	3.088
Entre 3 e 5 anos	18.315
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>25.342</b>

Em atendimento ao Ofício Circular CVM 1/2020, apresentamos o fluxo nominal e real a seguir:

Tipo de arrendador	Controladora	
	Valor presente	Valor nominal
Pessoa jurídica	25.342	35.390
	<b>25.342</b>	<b>35.390</b>

## 28. EVENTOS SUBSEQUENTES

### 28.1 PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 13 de janeiro de 2023, a Companhia e sua controlada Code7 ajuizaram o Pedido de Recuperação Judicial (“Pedido”) na 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, sob o nº 1023049-44.2023.8.26.0100.

Em 24 de janeiro de 2023 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial, nomeando-se como Administrador Judicial a empresa AJ Ruiz Consultoria Empresarial S.A., representada pela Sra. Joice Ruiz Bernier. Adicionalmente, na mesma data, foram determinados os efeitos do “stay period”, determinando a diligência de constatação prévia e a suspensão de todas as execuções ajuizadas contra as recuperandas, bem como obstando quaisquer atos de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens das recuperandas.

Em 31 de março de 2023 foi apresentado o Plano de Recuperação Judicial em consolidação substancial das recuperandas (“Plano”) e aguarda aprovação, onde foram distribuídos os credores da seguinte forma:

- 1ª Classe – Trabalhista e Escritórios jurídicos trabalhista;
- 2ª Classe – Não se aplica;
- 3ª Classe - Fornecedores, Empréstimos, Debêntures e Partes relacionadas; e
- 4ª Classe – Fornecedores ME e EPP.

### 28.2 TROCA DO CONTROLE ACIONÁRIO

Em 31 de março de 2023, a YELCHO PARTNERS, por meio do seu veículo de investimentos Seton LLC, adquiriu de VIA BC PARTICIPAÇÕES LTDA. e de STRATUS SCP BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - MULTISTRATÉGIA, a totalidade das ações representativas do capital social da Companhia.

A aquisição do controle societário busca agregar o conhecimento do mercado e a implantação de boas práticas operacionais ao plano de recuperação judicial em curso, buscando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, com o consequente cumprimento das obrigações assumidas perante os seus credores e a implementação dos seus objetivos de excelência operacional, rentabilidade e geração de empregos.

### 28.3 TROCA DA PRESIDÊNCIA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de março de 2023, foi aceita a renúncia do (i) a renúncia do Diretor Presidente e de Relações com Investidores e membro do Conselho de Administração, Sr. Kleber Tobal Bonadia; (ii) a renúncia do Diretor Financeiro, Sr. Cláudio Junqueira Vilela; (iii) a renúncia do Sr. Alberto Costa Sousa Camões, membro do Conselho de Administração; e (iv) a renúncia da Sra. Beatriz Wolff Harger Silveira, membro do Conselho de Administração, em conexão a troca do controle acionário da Companhia, divulgado na mesma data.

Nesta data os acionistas indicam o (i) Sr. Felipe Cortes de Vasconcellos, no cargo de Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores; e (ii) Sr. Luciano Bressan, como membro

do Conselho de Administração.

Em 01 de Junho de 2023, ocorreu a renúncia do Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. Felipe Cortes de Vasconcellos e a indicação dos acionistas do Sr. Marcio Santana Batista para o cargo de Diretor Presidente, Financeiro e de Relações com Investidores.

#### **28.4 PEDIDO DE CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA**

Em 28 de abril de 2023, a Companhia protocolizou junto à Comissão de Valores Mobiliário (“CVM”), pedido de cancelamento voluntário do seu registro de companhia aberta na categoria “A”, até 6 de julho de 2023, data de emissão das demonstrações financeiras, não recebemos retorno referente a nosso pedido.

b

#### **28.5 DESMOBILIZAÇÃO DE SITES OPERACIONAIS**

Entre janeiro e maio de 2023, a Companhia concluiu as desmobilizações das unidades operacionais Boa Esperança (São Paulo-SP) e Vila Matilde (São Paulo-SP), no âmbito Recuperação Judicial com estas desmobilizações, os saldos de direito de uso e de arrendamentos a pagar foram reduzidos.

